

→ **Terça-feira**

TERESINA ANO XX
04 2015 Nº 8411

meionorte.com

FECHAMENTO
21h50
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR
Compra Venda
Comercial 3,452 3,454
Turismo 3,430 3,640

VALORES
Poupança 0,72%
INSS 20%
IR 15%

EURO
Compra Venda
3,777 3,781

TEMPO
Nascente 6h02
Poente 17h54
Máxima 33°
Mínima 21°



meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



MULTAS MENORES

● O deputado estadual Antônio Félix (PSD) apresentou requerimento, aprovado pela Assembleia Legislativa ontem, solicitando a realização de audiência pública para discutir sobre a redução das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Piauí aos gestores públicos do estado. A audiência está marcada para o próximo dia 12 e acontecerá na sala de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, às 9h30.

RECLAMAÇÕES

● "Recebi a visita de vários gestores públicos de nosso estado relatando a dificuldade em pagamento de tais multas aplicadas pelo TCE-PI, conversamos com o presidente da entidade, conselheiro Luciano Nunes Santos, e comunicamos essas reclamações dos administradores municipais", conta Félix, que explicando que haverá uma ampla discussão com o envolvimento de diversas entidades.

→ Semestre

Deputados definem prioridades

FRANCY TEIXEIRA
POLÍTICA&JUSTIÇA

➔ Após recesso de 15 dias, as atividades na Assembleia Legislativa foram normalizadas na manhã de ontem com a realização da primeira sessão ordinária do período; com 709 matérias apresentadas no semestre passado, os deputados elencaram as pautas prioritárias para os próximos meses, den-

tre as quais incluem-se o Plano Plurianual e o Orçamento de 2016, este último previsto para chegar até o mês de outubro, abrangendo valores entre R\$ 8,5 bilhões a R\$ 9 bilhões. "O Orçamento, que até outubro deve chegar, prevêemos entre R\$ 8,5 bilhões a R\$ 9 bilhões, o fato é que tem que ser votado até o fim do ano, junto com o PPA são as pautas mais importantes,

mas outras matérias poderão vir, isso dependerá dos interesses", destacou o deputado estadual João de Deus.

Observando essa abrangência, Liziê Coelho (PTB), relatora da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) aprovada antes do recesso, projeta as discussões na Casa, tendo em vista que os projetos concretizarão a distribuição aos Poderes que compõem a adminis-

tração pública. "Agora vai ser o PPA e a LDO vamos ver essa questão da distribuição, quando o Governo mandar estaremos iniciando a discussão", pontuou. Líder do Executivo na Assembleia, João de Deus indicou que a tratativa está sendo orquestrada da melhor maneira possível, sinalizando para as plenárias territoriais concretizadas nas microrregiões do Estado.

Terça-feira

Teresina, 4 de agosto de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Assembleia marca 3 audiências públicas

Os membros da Assembleia Legislativa do Piauí aprovaram ontem (3) requerimentos propostos pela deputada Flora Izabel (PT) para realização de duas audiências públicas ainda este mês: uma para discutir o projeto de lei sobre a terceirização e outra para debater sobre o feminicídio no Piauí. A primeira, marcada para o próximo dia 6 de agosto, irá discutir o Projeto de Lei nº 30, de 2015, que prevê a terceirização de inúmeras atividades profissionais no país.

A segunda audiência foi marcada para o próximo dia 18 e será realizada conjuntamente com as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos e da Juventude e Secretaria Naci-



Foto: Divulgação

DEPUTADO Antonio Félix: audiência pública para discutir multas do TCE-PI

onal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Na sessão de ontem também foi lido e aprovado o requerimen-

to do deputado Antonio Félix (PSD), solicitando a realização de audiência pública para debater a lei Ordinária nº 5.889

de 25 de agosto de 2009, que dispõe sobre a redução de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aos gestores públicos do Estado.

A audiência pública será realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 9 horas. Também foi aprovado o requerimento do deputado Hélio Oliveira, o Dr. Hélio (PTC), encaminhando ao governador Wellington Dias e à Secretaria de Transportes a solicitação para que sejam feitos os reparos na Ponte Simplício Dias da Silva, que faz ligação da avenida Getúlio Vargas com a PI-116 e da acesso ao bairro Santa Izabel, no município de Parnaíba e ao município de Ilha Grande do Piauí. (CS)

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Na contramão

O deputado Antônio Félix (PSD) pretende discutir e aprovar a diminuição de multas aplicadas a gestores públicos no Piauí pelo Tribunal de Contas do Estado. Num momento em que toda a sociedade espera mais rigor na fiscalização de irregularidades no poder público, o interessante seria aumentar ainda mais as penas para quem no exercício de uma gestão pública, comete irregularidades, sejam elas financeiras ou "falhas formais". Atualmente, o TCE tem aplicado multas com valor irrisório. Se a fiscalização e as penas fossem intensificadas, a situação fiscal do Piauí e de centenas de municípios do Estado estaria bem melhor. Além disso, talvez as prefeituras do interior teriam equipes mais técnicas, tendo em vista que é comum encontrar secretários municipais que nem sonham como funciona a elaboração de projetos técnicos em suas respectivas áreas.

TCE

Alepi vai realizar audiência para discutir redução de multas

A Assembleia Legislativa do Piauí vai realizar no próximo dia 12 de agosto, uma audiência pública para discutir a redução das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado aos gestores públicos do Piauí. A audiência foi solicitada pelo deputado estadual Antônio Félix (PSD), através de um requerimento e deve acontecer na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Alepi, às 9h30.

“Recebi a visita de vários gestores públicos de nosso estado relatando a dificuldade em pagamento de tais multas aplicadas pelo TCE-PI, conversamos com o presidente da entidade, conselheiro Luciano Nunes Santos, e comunicamos essas reclamações dos administradores municipais, e verificamos que o melhor seria uma ampla discussão com o envolvimento do Tribunal de Contas, APPM, OAB, Pro-

curadoria Geral do Estado, Secretaria de Governo, Associação dos Vereadores e Assembleia Legislativa do Estado”, disse o parlamentar.

Antônio Félix chegou a subir à Tribuna da Assembleia, na manhã de ontem (03) para reforçar sua justificativa em relação ao pedido de audiência pública para debater o assunto e reiterou que em virtude da situação em que se encontra o país, a audiência se faz necessária.

Muitos gestores alegam que as multas aplicadas são referentes a falhas formais que não causam prejuízos ao erário, além disso, eles alegam que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos órgãos, principalmente as prefeituras, causam automaticamente problemas no exercício financeiro de acordo com a legislação.

(João Magalhães)



Assis Fernandes/OOIA

Deputado Antônio Félix é o proponente da audiência



Audiência foi aprovada - 04/08/2015 às 08h16

Deputado quer discutir redução das multas aos maus gestores do Piauí

Curtir

Tweet

+1

Compartilhar



Controle o estresse
Abílio Diniz

Dia 01 de agosto

#

MeuBlog

#cursoblogueiro180

Módulo II - Especial política

Inscriva-se

Curso com Apollana Oliveira e convidados

Não é difícil entender por que cada vez mais casos de desvios de condutas nas administrações municipais são comuns. Os órgãos de fiscalização até que tentam cumprir os seus papéis, mas há brechas que permeiam a política e justiça que permitem que as más práticas continuem.

Além disso, o próprio legislativo, que deveria cuidar de aplicar mais rigor com o uso do dinheiro público, é quem quer afrouxar as punições. Um exemplo disso é o deputado estadual Antonio Félix (PSD), que está doído para ser prefeito de Campo Maior. Ele propôs uma audiência pública, para debater a redução de multas aplicadas pelo TCE-PI aos gestores.

"Peço apoio aos deputados e os convido para participar da audiência pública", reforçou ele, que tem um irmão que é ex-prefeito. Parece que está com medo.

Publicado Por: Jhone Sousa



TCE julga procedente inspeção que verificou irregularidades no município de Francisco Macedo

O Tribunal de Contas do Estado julgou procedente inspeção realizada na prefeitura de Francisco Macedo com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária e financeira das movimentações de recursos das contas do FUNDEB, PAB e Merenda, exercício financeiro de 2014.

Imagem: Reprodução



Prefeito de Francisco Macedo, Cristóvão Alencar (PSB).

De acordo a decisão, o tribunal julgou pela procedência das irregularidades apontadas e não sanadas na presente inspeção, vez que os gestores não apresentaram defesa, e pelo encaminhamento dos autos à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, para apensamento ao processo de prestação de contas do Município de Francisco Macedo, relativo ao exercício financeiro de 2014, a fim de que as constatações sejam consideradas quando do julgamento das contas anuais dos gestores.

O município de Francisco Macedo tem como prefeito Cristóvão Antão de Alencar, como gestor do FMS Sebastião Antão de Alencar e gestora do FUNDEB Carisma Maria de Alencar.

A decisão foi publicada no diário eletrônico desta segunda-feira (03).

Keywords: [tce-pi](#), [inspeção](#), [irregularidades](#), [francisco macedo prefeitura](#)

Escrito por Rauristênio Bezerra em 03/08/2015 às 19h14

Atualizada em 03/08/2015 - 19h14